

# PROUNI E O ACESSO DE ESTUDANTES NEGROS AO ENSINO SUPERIOR

WILSON MESQUITA DE ALMEIDA<sup>1</sup>

---

## Resumo

Este artigo faz um exame do papel do Programa Universidade para Todos (ProUni) no acesso da população negra ao ensino superior. Mesmo enfrentando diversos obstáculos, as universidades públicas e, por meio de bolsas, algumas poucas universidades de caráter confessional constituíam locais quase exclusivos nos quais o negro brasileiro conseguia adentrar quando buscava estudos em nível superior. Com o ProUni, a partir de 2005, estudantes negros e de baixa renda passam a dispor da opção de ingresso nas universidades privadas brasileiras. Procuraremos, ao longo deste texto, recuperar historicamente tal processo, realizar uma análise comparativa entre os períodos, traçar os avanços obtidos e delinear os desafios envolvidos no ingresso da população negra por meio do ProUni.

**Palavras-chave:** Acesso da população negra ao ensino superior. ProUni. Acesso à universidade privada.

## *PROUNI AND BLACK STUDENTS ACCESS TO HIGHER EDUCATION*

### **Abstract**

The article is an examination of the role of the University for all Program (ProUni) on the black population's access to higher education. Even facing several obstacles, public universities and, through grants, a few universities of confessional character were almost exclusive locations in which the

---

1 Professor adjunto da Universidade Federal do ABC (UFABC). Possui pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Doutor e Mestre em Sociologia e graduado em em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP).

Brazilian black could enter when seeking higher level studies. With the ProUni, in 2005, blacks and low-income students now have the option to entering in private universities. We will look over the text to retrieve historically such a process, perform a comparative analysis between periods, trace the progress achieved and outline the challenges involved in the entry of the black population through the ProUni.

**Keywords:** Black population's access to higher education. Prouni. Access to the private University.

## *PROUNI ET L'ACCÈS DES ÉTUDIANTS NOIRS A L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR.*

### **Résumé**

L'article examine le rôle du Programme Université Pour Tous (ProUni) sur l'accès à l'enseignement supérieur de la population noire. Même face à plusieurs obstacles, universités publiques et, par le biais de subventions, quelques universités de caractère confessionnel ont lieux quasi exclusif dans lequel le noir brésilien pourrait entrer en cherchant des études de niveau supérieur. Avec le ProUni, en 2005, les étudiants noirs à faible revenu d'avoir l'admission dans des universités privées. Le texte récupère historiquement tel processus, effectue une analyse comparative entre les périodes, trace les progrès accomplis et décrit les défis liés à l'inscription de la population noire à travers le ProUni.

**Mots clés:** Accès de la population noir à l'enseignement supérieur. ProUni. Accès à l'Université privée.

---

## **1 Breve histórico do acesso ao ensino superior no Brasil: avanços e desigualdades**

De forma geral, uma análise do percurso histórico de ingresso das várias frações de classe social no ensino superior brasileiro aponta para basicamente quatro períodos: um primeiro, que se estende até a década de trinta do século XX, no qual o acesso era exclusivo das elites; um segundo, dos anos 1930 até os anos 1970, no qual os estratos superiores das classes médias conquistavam a quase totalidade das vagas; um terceiro, dos anos 1970 até meados da década de 1990, caracterizado pelas camadas médias que, com a expansão escolar ocorrida nos níveis anteriores durante aquele período, conseguiam adentrar sobremaneira o

espaço do ensino superior particular com face lucrativa iniciado e estimulado em 1968, durante a ditadura civil e militar, e que, a partir daquela quadra histórica, consegue ultrapassar o ensino superior público em termos de vagas disponíveis na graduação brasileira. Um quarto, iniciado a partir dos anos 2000, com políticas públicas de acesso no setor público e no setor privado, quando, notadamente, setores populacionais da classe média baixa e de mais baixa renda passaram a lutar e conseguir acesso (CUNHA, 1975; 2000; SANTOS, 1998; HILSDORF, 2006; ALMEIDA, 2007).

Sem desconsiderar os avanços obtidos no que tange à extensão do acesso ao ensino superior às mais diversas camadas sociais brasileiras cabe, entretanto, apontar que imensas desigualdades permeiam esse processo histórico, tanto em termos de classe social quanto em termos de recorte racial. Uma primeira desigualdade a destacar refere-se aos requisitos formais para se candidatar ao ensino superior. Apesar da grande expansão educacional ocorrida em todo o território nacional, dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), demonstram que o atraso escolar permanece como um dos grandes desafios a serem enfrentados para a ampliação do acesso à educação superior, sobretudo entre jovens na faixa de 18 a 24 anos, seja porque estes ainda não completaram o ensino fundamental ou porque, embora o possuam, não continuaram estudos no ensino médio ou, se continuaram, não o concluíram. No período entre 1995 e 2006, 27% dos jovens de 18 a 24 anos não haviam completado o ensino fundamental e outros 27%, apesar de o terem completado, não ingressaram no ensino médio ou ingressaram, mas não concluíram, totalizando mais da metade (54%, perfazendo 12 milhões) dos jovens sem os requisitos necessários para continuarem os estudos em nível de graduação. Ampliando o mesmo estudo até o ano de 2009, foram encontrados patamares bem próximos, chegando a 10 milhões de jovens (48%) sem a qualificação requerida para acessar o ensino superior, ou seja, quase a metade. Em outras palavras, tais distorções presentes no cenário da educação nacional levam à existência de uma ainda persistente baixa “demanda potencial” ao ensino superior (ANDRADE; DACHS, 2008; ANDRADE, 2012).

Para os que conseguiram completar a educação básica, possuindo os requisitos formais para prosseguir estudos em nível superior, o quadro também não é dos mais favoráveis. Considerando o período compreendido entre 1995 e 2006, 30% dos que concluíram o ensino médio não tiveram acesso ao ensino superior. Apenas 16% tiveram acesso a este, segundo os dados da PNAD de 2006. Em números absolutos, isso representa 7 milhões de jovens com escolaridade de nível

médio e outros 3,7 milhões que tiveram acesso ao Ensino Superior. Atualizando tais dados com a PNAD de 2009, temos 7,5 milhões de jovens concluintes do ensino médio e 4,4 milhões que ingressaram no ensino superior. Assim, embora com expressivos aumentos na conquista da escolaridade média (229% entre 1995 e 2006; chegando a 242% em 2009), partem de uma base pequena (de 12% para 30% entre 1995 e 2006) chegando a 33% em 2009, o que mostra que a universalização do acesso ao ensino médio ainda constitui gargalo a ser enfrentado no Brasil (ANDRADE; DACHS, 2008; ANDRADE, 2012). Carvalho (2011, p. 99) traçou um perfil geral dos que completaram o ensino médio no Brasil: em sua maioria, são mulheres (53,9%), solteiras (61,6%), com trabalho (73,9%), com rendimento mensal familiar per capita de R\$ 721, com idade média de 27 anos, residentes na região Sudeste (46,9%) e 55% delas pertenciam ao grupo de 40% das famílias “mais ricas” do Brasil (renda familiar de R\$ 1.530 em 2009). Como resultante, a porcentagem de jovens na faixa etária considerada ideal para matrícula no ensino superior (18 a 24 anos) ainda é baixa, chegando a 19% (4,4 milhões) segundo a PNAD de 2009.

Quando consideramos aspectos como renda e raça/cor entre os ingressantes, as desigualdades mostram-se mais nitidamente. Referente à evolução do acesso segundo a renda familiar per capita, tomando como base dados da PNAD para o período compreendido entre 1995 e 2009, temos que, no primeiro quintil (parcela dos jovens 20% mais pobres da população), 1.400 jovens a mais concluíram o ensino fundamental. Para o ensino médio, a taxa de conclusão foi relativamente próxima, 1,3 mil, ambos indicando movimentos importantes de ampliação do acesso educacional para as camadas socialmente destituídas ao longo desses 15 anos.<sup>2</sup> Todavia, no que se refere ao ensino superior, a taxa cai expressivamente – são apenas 3% – perfazendo somente 149.627 dos jovens desse estrato socioeconômico que ingressaram no ensino superior. Em contrapartida, quando comparamos com jovens provenientes do quinto quintil (parcela dos jovens 20% mais ricos da população), o percentual que acessa o ensino superior é de 60% (1.864.343 em número absoluto). Em outras palavras, as chances de ingresso em sequência no ensino superior, quando comparamos os extremos da distribuição de renda no país, dispõem que um jovem situado no quintil mais alto da renda tem 20 vezes mais chances de acesso do que um jovem do primeiro quintil (ANDRADE, 2012).

---

2 Sem deixar de considerar que, mesmo com tais avanços, ainda 77% dos jovens mais pobres não concluíram a educação básica, a qual compreende os níveis fundamental e médio (ANDRADE, 2012).

Especialmente importante para os estudos e pesquisas que se debruçam sobre a temática do acesso ao ensino superior brasileiro é a raça/cor<sup>3</sup> autodeclarada, pois há diferenças marcantes entre jovens brancos e não brancos.<sup>4</sup> A população não branca, composta por pretos, pardos e indígenas, apresenta patamares bem menores de escolaridade, em todos os níveis, frente à população branca. Assim, de forma contrastante, enquanto 14% de brancos não concluíram o ensino fundamental, exatamente o dobro de não brancos, 28%, não o fizeram. Por outro lado, enquanto 28% de brancos tiveram acesso ao ensino superior, somente 11% de não brancos o tiveram; em números absolutos, 1,3 milhões de jovens não brancos e quase 3 milhões de jovens brancos. (IBIDEM, p. 21-22). Mesmo com esse quadro desigual, a ampliação da escolarização, nas camadas de mais baixa renda e não branca, impactou, já a partir do fim dos anos 1990 e do início dos anos 2000, o acesso ao ensino superior. Naquele tempo, ainda que com grandes barreiras para conquista da vaga, a universidade pública constituía o espaço que mais abrigaria, em termos comparativos ao ensino superior privado, estudantes da escola pública, de mais baixa renda e negros.

## **2 Situação anterior ao ProUni: universidade pública e permeabilidade social**

Sampaio, Limongi e Torres (2000), em estudo que utilizou dados da PNAD de 1997 e dos formandos<sup>5</sup> que fizeram o Exame Nacional de Cursos (atual Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE) realizado pelo INEP/MEC

---

3 O Brasil é um país no qual a cor da pele é variável central, ou seja, quanto mais escura ela é, maior é a possibilidade e a realização efetiva de ser vítima de preconceito e de discriminação. Ela também é um marcador importante para entender as desigualdades brasileiras, conforme demonstram os indicadores sociais. Assim, compartilhamos do estudo sociológico clássico de Nogueira (1979), salutar na compreensão de nossas específicas relações raciais.

4 As informações sobre raça/cor são oriundas dos dados da PNAD realizada pelo IBGE por meio de autodeclaração do pesquisado. São cinco categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Para efeito de discussão e levando em conta as pesquisas realizadas no campo de pesquisa do ensino superior, dadas as proximidades dos caracteres sociais entre os grupos, brancos e amarelos foram agregados na categoria *brancos*; pretos, pardos e indígenas na categoria *não brancos*.

5 Apesar de restrito aos formandos e, portanto, não englobar a totalidade dos estudantes brasileiros, tal pesquisa, na época, constituiu referência importante em termos de abrangência para termos uma visão mais geral sobre os jovens incluídos no ensino superior durante a década de 1990 e no início dos anos 2000. Foram avaliados 2.151 cursos superiores, distribuídos em treze áreas da graduação, totalizando 160.108 inscritos presentes no exame.

no ano de 1999, constataram que as universidades públicas, não obstante terem as maiores proporções de estudantes em cursos exclusivamente diurnos, maiores proporções de estudantes do sexo masculino e mais jovens, eram as que mais formavam estudantes negros ou pardos (20,1%) em contraposição às universidades privadas (12%). Os dados também reforçavam que, em todas as regiões do país, as universidades públicas apresentavam uma menor proporção de formandos brancos do que as universidades privadas e os estabelecimentos não universitários, sendo, portanto, mais permeável ao ingresso de estudantes negros e pardos “[...] poucos são os jovens que, oriundos de famílias com baixa renda e/ou com pais com baixa escolaridade, logram ingressar em um curso superior. No entanto, para os poucos que o fazem, os estabelecimentos públicos constituem uma alternativa para a obtenção do diploma de graduação” (SAMPAIO; LIMONGI; TORRES, 2000, p. 51-52).

Outros pesquisadores também ressaltaram a maior permeabilidade aos segmentos de mais baixa renda e de negros (pretos e pardos somados) do setor público em comparação com o sistema privado (SCHWARTZMAN, 2003; CRUZ, 2004; CORBUCCI, 2007; ANDRADE; DACHS, 2008; CARVALHO, 2011). Logo, dada a desigualdade social secular e a escassa distribuição de renda ainda existente no Brasil, a gratuidade constitui um dos principais aspectos quando da escolha do curso (ALMEIDA, 2009), principalmente em uma década marcada por crises externas e altas taxas de desemprego. Acresce-se a isso a questão da permanência, a qual implica gastos diversos que estão muito além dos rendimentos da maioria da população negra brasileira.<sup>6</sup>

### **3 Políticas públicas e ampliação do acesso: o Enem como processo seletivo e o ProUni**

Especialmente em 2003, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mudanças ocorreram nas políticas de acesso ao ensino superior para os segmentos socialmente mais destituídos; seja no setor público, com a implantação de cotas

---

6 Os negros têm renda mensal equivalente a 54% da média dos brancos. Entre os negros, a renda média mensal era, em 2010, de R\$ 833,21 e a dos brancos chegava a R\$ 1.535,94. A parcela dos 10% mais pobres entre os negros tem renda mensal de apenas R\$ 120,05, mais de 57 vezes menor que os 10% mais ricos entre os brancos, que têm renda de R\$ 6.919,46. Ou seja, o negro mais pobre teria de guardar toda a renda por quatro anos e nove meses para chegar a um mês de rendimento do branco (LEAL; ERNECK, 2011).

no âmbito das universidades federais em processo de crescimento<sup>7</sup> de vagas, seja no setor privado, agora bem mais ampliado. As duas principais transformações foram a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), implantado em 2005, e a utilização em larga escala do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como método de seleção. A resultante é que essas duas mutações associadas impactarão o acesso da população negra ao ensino superior, que agora tem tanto uma alternativa ao vestibular tradicional quanto a ausência do peso das mensalidades ao conquistar uma bolsa por meio do ProUni.

Referente ao uso do Enem como forma de acesso ao ensino superior, antes utilizado de forma esparsa em algumas federais, este foi, progressivamente, ampliado a partir de 2004, quando passou a servir como seleção das bolsas do ProUni e, mais tarde, com o Sistema de Seleção Unificada (SISU) – um sistema que permite ao candidato, a partir de sua nota no Enem, concorrer às vagas disponíveis nas universidades federais participantes –, momento no qual sua utilização foi estendida a quase totalidade das federais. Em contraste com o vestibular tradicional das universidades públicas, calcado nos “conteúdos escolares”, o Enem foi estruturado para avaliar “as habilidades e competências humanas a partir de problemas cuja solução não depende unicamente do domínio do conhecimento formal do aluno” (ANDRIOLA, 2011, p. 119). O resultado imediato foi que as frações de classe média baixa e de baixa renda, a partir do uso do Enem, terão ampliadas suas chances de ultrapassar a barreira da restrição competitiva no vestibular das universidades públicas. Com a adesão ao ProUni crescendo ano a ano, houve um impacto na procura pelas universidades públicas, sobretudo algumas estaduais. Um exemplo emblemático é de que, em São Paulo, houve queda nos níveis de inscritos para as carreiras da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (Unicamp). Em decorrência disso, um estudante do segmento negro e de mais baixa renda, sempre constrangido por restrições de cunho econômico para arcar com os custos das universidades privadas e restrições competitivas na disputa pelas vagas das universidades públicas, passou a ter, ainda que sob muitos obstáculos a superar, potencialidades e alternativas reais de inserção no segmento privado de ensino superior por meio do ProUni, uma vez que este atingiu e atinge uma faixa específica até então sem muitas opções de fazer o ensino superior: estudantes de baixa renda, negros e oriundos da escola pública.

---

7 Cabe situar, também diversificação regional, com a criação de novas universidades federais em localidades até então não contempladas com ensino superior público ou extensões para municípios do interior naqueles estados que já possuíam instituições federais na capital.

## 4 Nova faceta estudantil no *campus*: negro e de mais baixa renda

Comin e Barbosa (2011), em pesquisa que relaciona dados sobre a ampliação do ensino superior ocorrida nos últimos decênios e o mercado de trabalho, apontam que, entre os “novos graduandos”, destacam-se jovens, mulheres e negros. Além disso, cerca de dois terços dos estudantes no nível superior trabalham e fazem graduação, logo, seriam mais precisamente caracterizados como “trabalhadores que estudam” no setor privado de cunho lucrativo, pois, no Brasil, o modelo de ensino superior que se tornou hegemônico é um modelo empresarial, com origem e impulso na década de 1970 por meio de incentivos públicos dados às instituições particulares, dentre os quais se destacam a não cobrança de impostos e o crédito educativo, criado em 1976, atual Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (ALMEIDA, 2014). O resultado dessas mudanças é que um “novo” estudante passa a figurar no setor particular da educação superior em relação ao período precedente. Entretanto, é preciso ter cuidado analítico, observando-se algumas ponderações: primeiro, porque tais mudanças não foram acompanhadas de uma transformação radical, seja no perfil do aluno que ainda predomina, seja no que diz respeito a alguns gargalos estruturais – tanto na conclusão dos níveis anteriores de escolaridade que são pré-requisitos para prosseguir estudos em nível superior, quanto no que se refere à permanência – que atingem fortemente estudantes negros e de baixa renda; segundo, um aspecto metodológico, quando analisamos dados provenientes do Censo de Educação Superior<sup>8</sup> (ou seja, dados que cobrem a totalidade do sistema de ensino superior), pois a variável cor/raça possui taxa alta de não resposta – próximo de 70% conforme apontam em estudo recente Artes e Ricoldi (2015).

Se o estudo sobre os dados gerais dos formandos de 1999 (SAMPAIO; LIMONGI; TORRES, 2000) apresentava que a cor/raça autodeclarada dos formandos era de apenas 15,3% para negros (pretos e pardos) frente a 80,8% que se declararam como brancos, houve movimentos importantes que levaram a uma maior autodeclaração negra (soma de pretos e pardos). Dados de Marcelo Paixão (apud ARTES; RICOLDI, 2015) sobre a taxa de matrícula por sexo e cor/raça, no período entre 1988 e 2008, apontavam que, apesar da taxa de frequência ser ainda bem menor que a da população branca, o número de matrículas de negros foi o

---

8 Infelizmente a inserção de dados fica a cargo e bel prazer das instituições de Ensino Superior, em sua maioria privadas. Tal como outros pontos, no que tange à regulação do Ensino Superior particular, esse também mereceria maior atenção e fiscalização pelos órgãos governamentais de controle para que se tenha informações mais precisas e consistentes sobre esse importante aspecto.

que apresentou maior crescimento (variação de 387,8% para as mulheres negras e 319,3% para homens negros). Sem dúvida, tal movimento acompanhou uma mudança mais geral em torno da distribuição racial da população brasileira entre os anos 2000 e 2010, tendo o segmento negro composto de autodeclarados pretos e pardos (44,6% em 2000 para 50,9% em 2010) ultrapassado o total de autodeclarados brancos (53,7% em 2000 para 47,5% em 2010) conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (IBGE, 2010).

O ponto a salientar são justamente as mudanças ocorridas no interior do sistema privado no que concerne ao atendimento de certa parcela de jovens até então ausente da educação superior brasileira. A novidade é a especificidade dessa parcela emergente de alunos – bolsistas do ProUni e dentro dela, notadamente, estudantes negros de baixa renda – que agora chegam ao ambiente universitário. A dificuldade de se ter dados oficiais mais precisos<sup>9</sup> de todos os bolsistas do ProUni, principalmente sua condição racial e socioeconômica e como tais parâmetros se relacionam com a distribuição das vagas nas universidades e nos cursos participantes, infelizmente, impede uma visão mais acurada. Tendo essa ressalva em vista, extrai-se dos dados oficiais mais atuais, conforme a Tabela 1 a seguir permite visualizar, a característica central sobre a especificidade racial desse novo grupo de universitários:

**Tabela 1** – Bolsas por Raça/Cor – 2005-2014

Raça/cor	Número absoluto	%
Branca	686.189	45,8
Parda	570.889	38,2
Preta	188.340	12,6
Amarela	26.559	1,8
Indígena	1.887	0,1
Não Informada	23.351	1,6

**Fonte:** MEC ([2016]).

9 As informações sobre os bolsistas estão em MEC ([2016]).

Se somarmos as proporções parda e preta, 50,8% de população é considerada negra, superando, assim, a população branca (45,8%). Pesquisas empíricas qualitativas confirmam essa distribuição racial encontrada nos dados gerais. Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), FACEIRA (2009, p. 177) observou que “[...] 41% se autodeclararam brancos; 33% pardo/mulato; 23% negro”. Clarissa Santos (2011, p. 63) afirma ainda que “[...] somando-se os percentuais para pretos e pardos, percebe-se que o número de bolsistas não brancos supera o número de bolsistas brancos”. Almeida (2014), ao pesquisar 50 bolsistas de instituições e de cursos diferentes na cidade de São Paulo, encontrou equilíbrio entre os bacharelados pesquisados (53% branca, 41% parda e 6% negra). Ele também observou que, entre os licenciandos, a população negra (53,2%) vem à frente da população branca (45,4%). No ProUni, realmente há um componente inclusivo no ensino superior privado quando pensamos em acesso de certo segmento negro, de baixa renda (uma “classe média baixa” para as universidades confessionais, privadas não lucrativas; um perfil de baixa renda mais presente nas universidades privadas lucrativas) e oriundo da escola pública. Tais elementos são visíveis nas pesquisas, ao se analisar a distribuição socioeconômica, a contribuição para o orçamento familiar e o local de moradia dos prounistas:

[...] quanto à caracterização da renda familiar, 32% dos bolsistas relatam que suas famílias possuem renda familiar equivalente ao valor de dois a três salários mínimos; 28% de menos de dois salários mínimos; 19% de três a quatro salários mínimos; 13% mais de cinco salários mínimos (...) com relação à área geográfica de residência, os bolsistas residem prioritariamente nas zonas norte (32%) e sul (21%); 18% residem na zona oeste; 11% na Baixada Fluminense; 9% em outros municípios do Rio (...) quanto as condições de moradia, 66% da PUC residem em comunidades de classe média mais simples; 31% em comunidades pobres; 3% em comunidades de classe média mais favorecida (FACEIRA, 2009, p. 177-181);

[...] 52,8% declararam uma renda familiar mensal de R\$ 750 até R\$ 1500 (...) os dados corroboram o que foi verificado para a ocupação paterna, ou seja, os bolsistas de Direito, em geral, apresentam uma condição socioeconômica um pouco mais favorável (...) posição intermediária dos bolsistas de Administração e uma situação social ligeiramente inferior dos bolsistas de Psicologia (SANTOS, C., 2011, p. 68-69);

[...] maior ocorrência renda mensal do bolsistas a faixa de 3 a 10 SM (48,4%), seguida de até 3 salários mínimos (31,7%). Na faixa de mais de 10

SM, há 20% das ocorrências. Do total de alunos de graduação, apenas 5,6% são bolsistas ProUni, perfazendo 815 alunos. 178 (21, 8%) estão no curso de Administração e 129 (15,8%) no curso de Direito, ou seja, estes dois cursos concentram 37,6% das matrículas dos bolsistas da PUC-SP (COSTA, 2008, p. 81-85);

[...] quando verificamos os bairros onde moram, os bacharelados estão espacialmente mais bem situados se considerarmos a cidade de São Paulo. Se restringirmos a análise ao subconjunto composto pelos estudantes do MACKENZIE e da PUC-SP, verificaremos que seus locais de moradia não distam muito do centro da capital, ao contrário. Quadro oposto ao subgrupo dos licenciandos: a maioria mora nos bairros distantes do centro (43%), seguida de outro município da grande SP (33%) – muitos nas periferias desses municípios – e nos bairros periféricos paulistanos (25%) (ALMEIDA, 2014, p.111).

No que se refere à idade, novamente, não há dados disponibilizados pelo Ministério da Educação que permitem traçar um perfil etário dos bolsistas do ProUni. Faceira (2009, p. 147) diz que “... 50% dos alunos bolsistas ProUni possuem de 18 anos ou menos; 24% com idade entre 19 e 20 anos; 15% com idade de 23 anos ou mais; 10% com faixa etária de 21 a 22 anos.” Se somarmos os resultados considerando a faixa de 18 a 24 anos, teremos 84%. Costa (2008, p. 79-80), chega à seguinte conclusão “... na PUC [de São Paulo], dentre os alunos pesquisados, a faixa etária entre 18 a 24 anos é de 72,22%, confirmando uma tendência geral de que o grande público atingido pelo programa é de jovens”. Santos (2011, p. 61-62) também dispõe que, para os bolsistas da PUC-RIO,

[...] a significativa presença de alunos jovens nas três carreiras sugere uma trajetória na educação básica sem muitas irregularidades de transição e um ingresso na faculdade logo após o término do ensino médio (...) nas três carreiras analisadas predominam bolsistas do sexo feminino (...) a maior parte, 80%, concentram-se nas duas coortes de idades mais jovens [até 21 anos; entre 22 e 24] (...) o pertencimento às faixas etárias mais jovens explica o fato de 93,3% do total de bolsistas serem solteiros, o que significa menores responsabilidades econômicas no domicílio e maior disponibilidade para os estudos.

O estudo de Almeida (2014) na cidade de São Paulo aponta para uma maior heterogeneidade em termos de idade dos bolsistas: a faixa etária predominante dos licenciandos está situada entre 25 a 30 anos, com 50% das ocorrências;

em seguida, com 21,4%, estão os situados entre 31 a 35 anos; e a faixa de 18 a 24 anos vem em terceiro lugar com 17,9 %. Nota-se também, no subgrupo dos licenciados, a presença de estudantes na faixa etária acima de 40 anos. Entre os tecnólogos, 100% estão na faixa dos 25 a 30 anos. Logo, em ambos os subconjuntos, essa é a faixa etária predominante. Entretanto, tal como nas pesquisas acima delineadas, no subgrupo dos bacharelados, a faixa hegemônica, com 53% das ocorrências, situa-se na faixa de 18 a 24 anos (cabe frisar, a faixa ideal para o ensino superior). Em seguida, há a faixa de 25 a 30 anos, com uma proporção também significativa, 35%. Por fim, a faixa etária que vai dos 36 aos 40 anos, com 12%. Portanto, indubitavelmente, os jovens entre 18 e 24 anos parecem possuir uma presença significativa e, ao que tudo indica, predominante entre os prounistas. Em decorrência disso, é possível visualizar que há um perfil variado entre os bolsistas de acordo com os cursos e as universidades que frequentam, com presenças de segmentos etários com perfil discrepante do jovem universitário em sua faixa ideal (18-24 anos), sobremaneira nas instituições particulares de cunho lucrativo, as quais constituem a maioria das instituições parceiras do Programa Universidade para Todos. São nessas instituições que se encontram, em maior quantidade, os indivíduos mais velhos, casados, com filhos e provedores de família.

Dentro do texto legal que instituiu o programa, há uma parte dedicada à existência de vagas para negros e para outras minorias, como indígenas e deficientes. Cabe precisar que a seleção não funciona como o sistema de cotas raciais (cor/raça) tal qual é utilizado nas universidades federais e estaduais, no qual o estudante que se declara negro (cota racial) concorre à parte do chamado “sistema universal”. No ProUni, tal reserva deve se enquadrar nos limite de renda estipulado (para as bolsas integrais, o candidato deve ter renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais de 50%, de até três salários mínimos por pessoa) e ter sido aluno da escola pública ou bolsista na rede particular durante o ensino médio. *Esses critérios todos seguem, independentemente de outros atributos.*

Feita essa consideração, é justamente aqui que podemos apreender seu caráter inclusivo para com a população negra e de baixa renda, pois, como é sabido nos estudos do campo do ensino superior, existe uma inter-relação entre renda familiar, cor/raça e escola pública. Assim, essa configuração específica proporcionou que mais indivíduos negros estivessem dentro dos critérios estipulados e, à medida que atingissem a nota mínima de corte, garantissem a vaga como bolsistas. Há, pois, uma nova faceta estudantil. Se compararmos com a situação do final dos anos 1990, a população negra (parda e preta) de mais baixa renda – enfatiza-se

que ainda lentamente, pois parte de uma base de representação historicamente pequena – pôde ingressar com mais facilidade no espaço universitário privado.

## **5 Considerações finais: limites e desafios referentes às políticas de acesso ao ensino superior privado para a população negra e de baixa renda**

Embora o país tenha passado por transformações sociais importantes na quadra histórica recente, ainda persistem forças sociais estruturais responsáveis pelo predomínio dos segmentos da classe média brasileira no acesso e na permanência no ensino superior, seja público ou privado, ao manipularem mecanismos materiais e simbólicos que asseguram o sucesso nessa empreitada frente à ampla população brasileira, de renda média baixa e baixíssima. Assim, a advertência de Castro e Ribeiro (1979, p. 10) permanece atual: “[...] no vestibular, confrontam-se classes médias e altas. As questões maiores de equidade têm a ver com distribuição de oportunidades entre a classe alta e uma classe média cada vez mais numerosa”. Embora, na história recente, tenha havido elementos novos nesse panorama, destacando-se a maior escolaridade das mulheres e a maior presença da população negra no espaço do ensino superior, o perfil ainda prevaiente é social e racialmente bem seletivo: jovens brancos, de famílias com renda média e/ou elevada, tendo pais com mais anos de escolaridade, residentes nas capitais e/ou regiões metropolitanas mais desenvolvidas do país (SAMPAIO, LIMONGI E TORRES, 2000). As dimensões mais significativas para acesso ao ensino superior são, em ordem, a renda familiar e estar na faixa etária ideal. Assim, “[...] para os jovens com cor autodeclarada branca estar no 5º quintil aumenta as chances de acesso ao ensino superior 18 vezes. Para aqueles com cor autodeclarada não branca as chances aumentam de forma impressionante: 64 vezes” (ANDRADE; DACHS, 2008, p. 44). Conforme Carvalho (2011, p. 99-100) “[...] de modo geral, pertencer às famílias com maior renda familiar e, em segundo lugar, estar situado na faixa etária considerada ideal (18 aos 24 anos) são os principais determinantes para ingressar no ensino superior”. Se considerarmos a distribuição extremamente desigual de renda entre os grupos sociais brasileiros, para todas as categorias de renda, nota-se que os não brancos (pretos, pardos e indígenas) estão em condições mais desvantajosas. Guimarães (2003), ao discutir as causas da pequena absorção dos negros nas universidades públicas, encontra justamente a pobreza, a qualidade da escola pública – ressalta-se, em declínio acentuado desde os anos 1970, lócus do

estudante de baixa renda, negro, morador das periferias e proveniente de famílias com pouca tradição no ensino superior –, a preparação insuficiente e o pouco apoio familiar e comunitário como possíveis causas de tal fato.

Há grandes limitações quando pensamos na estruturação do ensino superior privado brasileiro, base sobre a qual está montado o principal programa de bolsas de acesso ao ensino superior para a população negra. Tais limites e, em consequência, desafios a serem enfrentados, estão ligados, sobretudo, à baixa qualidade educacional das instituições parceiras do ProUni, que, em sua maioria, são regidas sob uma lógica econômica lucrativa que vê na educação um ativo a ser valorizado, desprezando dimensões básicas como qualidade do corpo docente e tratamento do aluno – tido como um cliente em vez de um cidadão. Nessa lógica de curto prazo, considerar a educação como direito social é impensável, pois isso gera “despesas”, portanto, menos valorização da ação na Bolsa de Valores e menos lucros para fundos de investimentos e para empresários de ensino. Apesar do importante papel inclusivo do programa, notadamente para a população mais pobre e negra, pesquisas apontam que há uma relação entre bolsistas de mais baixa renda e cursos de baixíssima qualidade. Assim, estudantes mais pobres, negros, com maior idade, provedores familiares, moradores de bairros mais afastados, encontram-se alocados nas instituições de ensino e cursos mais destituídos de qualidade – estão nos cursos com formatos mais curtos, nas universidades mais desprestigiadas na hierarquia de prestígio acadêmico e profissional – o que contribui para um acesso desigual e reprodutor de desigualdades. Quando adentramos nas condições familiares, de trabalho e na vida universitária dos prounistas, há uma estratificação bem definida que permite nuançar a chegada desses indivíduos antes excluídos do ensino superior, pois eles não estão, geralmente, ocupando de forma significativa vagas nas instituições mais conceituadas e de qualidade. Em decorrência disso, dada a baixa parcela de negros nas universidades mais prestigiadas e nos cursos mais concorridos, seria importante também atentar para quais carreiras os bolsistas negros estão sendo direcionados (ALMEIDA, 2014).

Por fim, outro aspecto central, também ligado à forma como se originou e se consolidou o modelo de ensino superior privado brasileiro, refere-se às áreas de conhecimento nas quais os cursos são oferecidos. Diferindo do setor público, o qual dispõe de oferta de cursos mais equilibrada entre os ramos de conhecimento, as instituições privadas oferecem principalmente cursos nas áreas de humanas ou de formação geral, com predomínio em quatro áreas: ciências sociais, negócios, direito e educação. Carreiras na área de saúde, de ciências, matemática, computação e engenharia são pouco ofertadas (ANDRADE; DACHS, 2008; LIMA, 2015).

## Referências

- ALMEIDA, Wilson Mesquita. Estudantes desprivilegiados e fruição da universidade: elementos para repensar a inclusão no ensino superior. In: MONTEIRO, Aida Maria *Educação para a Diversidade e Cidadania: concurso nacional de monografias MEC/SECAD/Anped*. Recife: Ed. do Organizador, 2007. p. 175-229.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita. *USP para Todos? Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública*. São Paulo: Musa/FAPESP, 2009.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita. *ProUni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica*. São Paulo: Musa/FAPESP, 2014.
- ANDRADE, Cibele. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Revista Ensino Superior Unicamp*, ano 3, n. 6, p. 18-27, jul. 2012.
- ANDRADE, Cibele; DACHS, Norberto. Uma análise do acesso à educação no Brasil por jovens de 18 a 24 anos no período de 1995-2006. *Revista USP*, n. 78, p. 32-47, jul./ago. 2008.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). *Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 107-126, jan./mar. 2011.
- ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene M. Acesso de negros no Ensino Superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 858-881, out./dez. 2015.
- CARVALHO, Marcia M. A Educação Superior no Brasil: o retorno privado e as restrições ao ingresso. *Sinais Sociais*, v. 5, n. 15, p. 82-111, jan./abr. 2011.
- CASTRO, Claudio. M.; RIBEIRO, Sérgio. C. Desigualdade social e acesso à universidade – dilemas e tendências. *Fórum*, v. 3, n. 4, p. 3-23, 1979.
- COMIN, Álvaro; BARBOSA, Rogério J. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 91, p.75-95, nov. 2011.
- CORBUCCI, Paulo. *Desafios da Educação Superior e Desenvolvimento no Brasil*. Brasília: IPEA, 2007. 32 p. (Textos para Discussão, 1287).
- COSTA, Fabiana. *Políticas Públicas de Educação Superior – Programa Universidade para Todos: um olhar dos alunos beneficiários da PUC-SP*. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CRUZ, Carlos H. B. Universidade Pública – o mito do elitismo. *O Estado de São Paulo*, 18 de janeiro de 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. A expansão do Ensino Superior: causas e consequências. *Debate e Crítica*, n.5, p. 27-58, 1975.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

FACEIRA, Lobélia S. *O ProUni como política pública em suas instâncias macroestruturais, meso-institucionais e microssociais: pesquisa sobre sua implementação pelo MEC e por duas universidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. 2009. 238 f. Tese (Doutorado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Acesso de negro às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 118, p. 247-268, 2003.

HILSDORF, Maria Lúcia S. *História da Educação Brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico. Microdados, 2010.

LEAL, Luciana Nunes; WERNECK, Felipe. Ricos têm renda 39 vezes maior que a dos pobres. *O Estado de S. Paulo*, 17 nov. 2011.

LIMA, Marcia. Ações afirmativas e juventude negra no Brasil. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, v. 15, p. 27-43, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Prouni – Página inicial. Brasília, [2016]. Disponível em: < <http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 03/04/2016.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: NOGUEIRA, O. *Tanto Preto Quanto Branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 72-93.

SAMPAIO, Helena.; LIMONGI, Fernando. *Equidade e Heterogeneidade no Ensino Superior Brasileiro*. Brasília: Inep, 2000.

SANTOS, Cássio Miranda dos. O Acesso ao Ensino Superior no Brasil: a questão da elitização. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, v. 6, n. 19, p. 237-258, 1998.

SANTOS, Clarissa Tagliari. *A chegada ao ensino superior: o caso dos bolsistas do ProUni na PUC-Rio*. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. Ricos e pobres nas universidades. *O Estado de São Paulo*, 9 set. 2003.

**Submissão em:** 10/04/2016.

**Aprovação em:** 11/05/2016.

